

NOTAS ECONÓMICAS

5

JOHN FEI THE POST-WAR REPUBLIC OF CHINA (ROC) ECONOMY

JOÃO SOUSA ANDRADE A EVOLUÇÃO DO CONSUMO PÚBLICO: WAGNER CONTRA KEYNES?

JOSÉ PEDRO PONTES / VÍTOR SANTOS LOCATION CHOICE IN A DUOCENTRIC URBAN SYSTEM

JOÃO REBELO EFICIÊNCIA PRODUTIVA E RENDIBILIDADE EM COOPERATIVAS AGRÍCOLAS

VÍTOR NEVES CAIXAS REAIS, RESTRIÇÕES DE LIQUIDEZ E CONSUMOS

JOÃO TOLDA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E ESPAÇO

AUGUSTO SANTOS SILVA A SOCIOLOGIA E A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÓMICO

JOSÉ REIS ECONOMIA PORTUGUESA — MUDANÇAS NA "ARQUITECTURA DE INTERIORES"

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Debates sobre a Economia Portuguesa

Forum é também um local de debate. Por isso, esta secção vale não só pelos contributos que publica como pelo convite que fica feito aos investigadores para polemizarem ou completarem pontos de vista.

A economia portuguesa nos anos 90: mudanças na “arquitetura de interiores”

José Reis Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Centro de Estudos Sociais

1. O texto de Lino Fernandes (1994) que, no número anterior, inaugurou esta secção de *Notas Económicas* é, entre outras coisas, uma discussão das margens de manobra de uma pequena economia como a portuguesa perante a globalização, a regionalização dos mercados mundiais, a formação de um quadro peninsular que nos subalterniza na esfera da integração europeia.

Vale a pena sublinhar o interesse da agenda que o autor nos propõe. Pelo meu lado realço dois aspectos: as notas sobre a globalização e a dialéctica de uniformização/regionalização à escala mundial que a caracteriza; a evidência dos mecanismos que concorrem para que Portugal esteja cescentemente envolvido numa lógica de sub-integração ibérica, “vendo-se” na Europa através de Espanha.

Em síntese breve, mas legítima, pode dizer-se que as ideias apresentadas apontam, em perspectiva geral, para uma significativa redução do “nosso espaço estratégico de manobra”, a que se acrescenta alguma capacidade potencial de criação de economias de proximidade. Para isso contribuiriam factores ligados à localização e às lógicas de funcionamento de certos tipos de produção industrial em que a interacção cliente-fornecedor conta fortemente.

Na leitura que faço do texto, a ideia de base, que sublinho porque a partilho, é que se reforçaram os factores de fragilização da economia portuguesa na passagem da década de oitenta para a de noventa. Mas enquanto o discurso de Lino Fernandes assentou sobretudo em argumentos ligados ao funcionamento da economia internacional, a minha perspectiva baseia-se numa avaliação das mudanças das estruturas internas do nosso desenvolvimento económico. Trata-se, deste modo, de



evidenciar que a economia portuguesa regista uma mudança de ciclos que tanto se manifesta na forma da sua inserção internacional, quanto nas possibilidades de articulação entre os seus espaços internos. Vou, pois, invocar questões directamente relacionadas com a “arquitectura de interiores” da nossa economia, sabendo que isso não deve fazer-se nem por decalque de temas gerais, como por exemplo o da globalização, nem nos limites estreitos do circunstancialismo nacional.

2. O meu ponto de partida é este: a fragilidade estrutural da economia portuguesa perante os canais da sua inserção internacional (sublinhados por Lino Fernandes) aparece agora acompanhada por uma reordenação profunda dos seus factores de dinamização interna, acentuando-se os riscos de dualização e de exclusão, na ausência dos de modernização.

Antes de me explicar desejo fazer duas advertências: a primeira é que estou a trabalhar, quer através da análise dos dados controláveis, quer através da prospectiva; a segunda é que não rejeito combinar intuições com provas empíricas.

De facto, sempre pensei, justificado em economistas de renome, que a intuição é um dado metodológico essencial na investigação económica e na das ciências sociais em geral. Com a confiança sempre provisória que deve pôr-se nos nossos “materiais”, procuro, assim, conjugar a minha observação directa e a informação extensiva que processo e analiso com as intuições em que me baseio. Sobre a economia portuguesa dos anos 90 tenho vindo a guiar-me por uma intuição que vou enunciar desde já.

Foram vários os que pensaram durante a década passada que a economia e a sociedade portuguesas tinham algumas capacidades para mobilizar: o património de um industrialização já antiga, as pequenas iniciativas, as sinergias territoriais, os processos informais. Por isso se interpretou a economia tomando em conta os seus factores de “flexibilidade” e a sua “plasticidade”, os quais tanto reproduziam relações desiguais, “endógenas” ou “exógenas”, quanto serviam

de mecanismos de compensação para as pressões da crise. Eram várias as áreas da economia que, pelas interdependências que urdiam, manifestavam um potencial de relacionamento com o crescimento. Elas eram parte da *espessura* própria da sociedade que se articulava com a dinamização económica. Ora, o que agora parece passar-se é que aqueles potenciais e aquela *espessura* tendem a esgotar-se ou a serem suprimidos sem que, em seu lugar, tenha emergido um quadro de funcionamento económico qualificante, modernizador e ousado. Aquilo que, numa óptica de “modernização”, pode ser qualificado de tradicional e regressivo não deu lugar ao que, na mesma óptica, assume as feições de avançado ou inovador.

Isto quando se conhecem exemplos alheios (a Itália, nestes casos, fica sempre à mão...) em que uma requalificação ofensiva se deu não por rupturas, mas por acelerações de certas qualidades inerentes a sistemas de pequenas e médias empresas como alguns dos nossos: o reforço das capacidades profissionais e das competências organizacionais presentes nas formas não-tayloristas de produzir; as culturas técnicas consolidadas ao longo de histórias industriais longas e de especializações locais; a gestão local de interdependências produtivas capazes de gerarem modos avançados de cooperação; a validação de capacidades produtivas diferenciadas através de ganhos em economias de variedade e da constituição de *clusters* competitivos¹.

Quero dizer, em suma, que os anos noventa apontam para o esgotamento na economia portuguesa de muitos dos processos que — numa base extensiva — a dinamizaram na década de oitenta, sem que as condições emergentes representem inovações qualificantes. E, sobretudo, são as interdependências económicas e sociais — aquilo a que chamo *matrizes constituintes* da sociedade — que se esvaem. Daí resulta que o que fica em cima da mesa, na nossa agenda de investigação, são os processos de sub-integração.

¹ Recordo que foi na base de critérios como estes que analisei o sistema produtivo local de Águeda (Reis, 1992 e 1993).



E como em matéria de intuições é bom não estar só, permita-se que cite Michel Savy e Pierre Veltz (1993: 186), num raciocínio paralelo sobre a sociedade francesa. Depois de analisarem os indicadores qualitativos que mostram o risco do crescimento das desigualdades espaciais e de uma forte dualização, concluem: "Mais inquietante, contudo, é a constatação qualitativa, difícil de traduzir em números, de um corte crescente entre os segmentos avançados, 'integrados', da sociedade e as suas componentes periféricas". E mais adiante: "o que caracteriza a situação actual, e que é um facto de grande importância, é precisamente que nós vivemos o desmembramento das interdependências, a ruptura das continuidades".

3. Para avaliar os dois cenários sequenciais em que estou a trabalhar é adequado enunciar algumas das razões que orientaram os estudos da década de 80. Em síntese muito pessoal julgo que havia um largo reconhecimento de que a heterogeneidade, o polimorfismo, da sociedade portuguesa, predominava sobre a normalização e manifestava até alguma capacidade de reordenamento dos impulsos exógenos (ou, numa versão mais contemporizadora, os dois níveis articulavam-se). Isso gerava dinâmicas efectivas, comprovadas empiricamente, o que "validava" as relações aí presentes entre o formal e o informal, entre a produção e a reprodução social e consolidava histórias industriais longas, culturas técnicas locais e interdependências produtivas geridas localmente, do mesmo modo que as iniciativas que mobilizavam os recursos mais directamente locais para atraírem investimentos eram legitimadas pela criação de emprego.

Foi por este conjunto de factores que a investigação económica se re-interessou pelos actores económicos, se comprometeu com o entendimento dos processos e acolheu temas como os da reprodução económica e social das famílias (as contas de rendimento, as formas de actividade, o emprego), as formas de estruturação da economia (modalidades de inserção económica da agricultura, estruturas territoriais e articulações regionais), a compreensão da heterogeneidade do sistema económico (pobreza, hierarquias empresariais,

diferenciações regionais do investimento, comportamentos locais do empresariado e da iniciativa)².

Quem se preocupasse com os processos materiais do funcionamento da economia portuguesa era frequentemente atraído por dinâmicas produtivas em que ganhavam relevo formas de industrialização que valorizavam o local e as sinergias aí produzidas. A atenção aos movimentos internos da economia e à sua diversidade de acções era metodologicamente correcta e justificada, constituía um caminho indispensável para a percepção das dinâmicas e das lógicas organizacionais das economias; correspondia também a uma ética de investigação preocupada com as escalas menores do funcionamento da economia.

Tratou-se, é claro, de um período da economia portuguesa em que a expansão e o funcionamento pela quantidade prevaleceram sobre as reestruturações, os ajustamentos, o funcionamento pela qualidade e mesmo sobre as restrições: o PIB cresceu a taxas significativas, as exportações também, a restrição cambial não se manifestou, o emprego não regrediu, a produção era facilmente validada pelos mercados.

A razão por que hoje é preciso reencontrar um novo sentido e até uma nova escala para a valorização das dinâmicas internas da nossa economia — para a articulação dos seus espaços produtivos e para os movimentos locais de dinamização do emprego — é que o modelo extensivo em que eles encontravam a sua base principal se esgotou sem a "glória" da superação por uma modernização que engrandecesse.

Este esgotamento do modelo de funcionamento da economia de que se alimentava a

2 Sirvam de exemplo, e apenas de exemplo, pois não procurarei aqui chegar a uma lista exaustiva, trabalhos como GEBEL (1983), A. O. Neves (1984), J. Reis (1985 e 1986), B. S. Santos (1985), J. Ferrão (1985), I. S. Lobo (1985), C. Figueiredo *et al.* (1985), M. B. Alves *et al.* (1986), J. M. Henriques (1986), B. S. Santos, J. Reis e M. M. L. Marques (1986), M. J. Rodrigues (1988), M. R. Silva (1988), R. R. Amaro (1991), M. M. L. Marques (1992), M. P. Gonzalez (1992), M. Ruivo (1992), A. Gama (1993) e o nº 22 da *Revista Crítica de Ciências Sociais* (1987).

diversidade das dinâmicas económicas internas pode ser ilustrado em três domínios principais em que assento as minhas conclusões sobre as evoluções da economia portuguesa durante a última década: o primeiro é o modelo agrícola e o seu desabamento, o segundo expressa-se nas contas de rendimento das famílias e o terceiro é sobre os movimentos locais de industrialização. É, aliás, como o corolário destas três questões que vejo a economia menos dotada dos mecanismos compensadores que a dinamizavam e a flexibilizavam — uma economia de pequena dimensão sem complementaridades espaciais estabelecidas e uma economia com menos *espessura* nas esferas da reprodução social. Por isso, a posição de Portugal perante a transnacionalização é hoje menos forte do que na década anterior.

4. Julgo que é facilmente partilhada a ideia de que um dos domínios em que mais se tornou evidente o esgotamento de uma lógica de funcionamento flexível e articulada é o agrícola, aqui encarado sobretudo pelo seu papel na reprodução social das famílias e pelas características associadas à pluriactividade.

De facto, o modelo agrícola anterior desabou sob o peso das quebras de rendimento; sob os efeitos da normalização de produtos e de processos de comercialização; sob a elevadíssima concentração de medidas e recursos de políticas apenas num estrato muito limitado de agricultores “protegidos”; sob o enorme efeito psicológico, capaz mesmo de afectar aqueles que não seriam atingidos, que resultava da ideia de que o sector agrícola português “é para falir”, porque os interesses nacionais se medem mais pelos impactos das importações de alimentos na inflação do que pelos resultados da produção nacional

É o pensamento técnico dominante, que nunca compreendeu o funcionamento do modelo agrícola nacional, que deve ser avaliado. Porque, em vez de procurar compreender sobrepôs sempre alternativas-fantasma ao que existia: a intensificação empresarial, quando o modelo era familiar; as economias de escala, quando ele assentava em economias de variedade; os estereótipos da concorrência quando, ele era cooperativo; a especialização e a profissionalização, quando ele era

“policultural” e pluriactivo; uma economicidade estreita, quando o seu funcionamento económico se integrava também em formas de sociabilidade; a tecnicidade sectorial, quando ele funcionava em articulações intersectoriais que são próprias da pluriactividade e da inserção no mercado de trabalho das zonas de urbanização e industrialização difusas.

Além disso, o pensamento dominante escolheu sempre as causas erradas: acusou o pequeno agricultor familiar e pluriactivo de ineficiência económica, quando as maiores falhas estavam nos sectores latifundiário, extensivo e profissional altamente subsidiado; moveu-se contra as “insensibilidades perante o mercado” quando as “contra-políticas” de integração cooperativa, como a da produção leiteira nos anos setenta, mostravam respostas mercantis muito dinâmicas; tratou como não-económico o que era apenas outra forma de participar na economia (é o caso das funções da agricultura que não passam pelo mercado dos produtos, mas passam pelo mercado de trabalho); propôs-se utilizar choques “europeus” quando a energia deste modelo já se tinha esgotado; tratou como tradicional e colapsado o que poderia ser visto como resistência a uma lógica agrícola transitória donde hoje emergem, aliás, as soluções que, na União Europeia, tendem a configurar as “válvulas de escape” ao esgotamento da PAC iniciada nos anos sessenta e dificilmente reformada nos anos noventa; por tudo isto, enfim, cobriu toda a realidade com nevoeiro, ficando incapacitado para ver mesmo o que era efectivamente desadequado e justificava transformações.

Daí que a realidade de hoje possa descrever-se assim: uma falsa redução administrativa do universo reconhecido como sector agrícola (depois de o INE ter eliminado, por simples alteração dos critérios de recenseamento, cerca de 200 mil explorações); uma acentuada degradação das relações de troca e uma persistência difícil das economias agrícolas dirigidas principalmente à reprodução da força de trabalho; um mercado que se afasta crescentemente dos produtores; um sector agrícola que, enfim, vê cortados os seus meios de articulação com o sistema económico.

Por razões que são muito mais gerais do que as que se reflectem na agricultura, o peso das diferentes componentes do rendimento das





famílias portuguesas alterou-se muito e o dado mais significativo é a polarização que hoje se regista nos salários, acompanhado de um maior peso das políticas sociais, representadas nas prestações sociais.

5. No que diz respeito aos movimentos locais de industrialização é possível dizer-se que, nas discussões de há uma década, se tomavam em consideração os seguintes pontos básicos:

— *Os movimentos locais de dinamização da capacidade produtiva eram expressivos e os interstícios do sistema económico dotavam-no de alguma agilidade:* por isso emergiam casos localizados de especial propensão para a iniciativa e a esfera informal — representando quer certos tipos de actividades produtivas, quer a esfera de organização da reprodução social (incluindo, obviamente, a reprodução da força de trabalho e o quadro familiar) — revelava potenciais de articulação com o crescimento económico;

— Registava-se uma reordenação espacial da indústria: o emprego e a iniciativa industrial iniciavam um maior dinamismo das regiões de urbanização e industrialização difusas, a que chamei *espaço das articulações agricultura/indústria*, como o Centro litoral e o Norte litoral, em detrimento do *espaço de concentração urbana e industrial*, correspondente à região Lisboa/Setúbal;

— Os movimentos locais de industrialização eram de diversa natureza (consolidação e dinamização de sistemas produtivos locais ou simples alargamento da geografia do emprego industrial) e reflectiam, no plano económico, o *binómio extensificação do emprego/mobilização de interdependências e culturas técnicas locais*.

Hoje não é possível ficar preso a este quadro. Por isso se justifica perguntar:

— O que valem agora, no funcionamento da economia portuguesa, os processos intersticiais e informais? Qual é o potencial de interferência na dinâmica económica que a esfera da reprodução social mantém? Como pode avaliar-se o papel das regiões de descentralização produtiva?

— Em que sentido evoluíram as articulações espaciais do produção industrial? Ou, de outro modo, houve lugar a uma viragem das tendências que favoreciam a descentralização

produtiva para as regiões de urbanização e industrialização difusas?

— O dois elementos do binómio acima referido (extensificação do emprego e mobilização de interdependências e culturas técnicas locais) mantêm, como factores de atracção ou de iniciativa, a sua interferência na localização do emprego? E, além disso, como se deve apreciar hoje as possibilidades de integração das capacidade organizativas dos espaços locais?

Vejamos as respostas possíveis, que apontam para uma prospectiva inquieta sobre a evolução dos nossos espaços de menor escala.

— A possibilidade de os processos intersticiais, os modos informais de actuação económica e as regiões intermédias mobilizarem o seu dinamismo próprio para o crescimento da economia era em muito o resultado de o funcionamento económico assegurar algumas continuidades essenciais e viabilizar interdependências. É isso que hoje parece estar em causa, em vista de processos de integração intensa nas lógicas globalizadoras da economia, as quais, como se sabe, ocorrem através do aprofundamento dos mercados internos de blocos regionais de que a União Europeia, o Mercosul ou a NAFTA são, nas suas diferenças, bons exemplos. É por aqui que começa também a apreciação do papel das regiões que fizeram o seu lugar na organização espacial à custa da disponibilidade de mão-de-obra de qualificações médias, de iniciativas locais mobilizadoras de culturas técnicas construídas ao longo de histórias industriais longas, da interdependências produtivas geridas localmente entre empresas complementares e, até mesmo, da simples "oferta" de condições físicas de instalação de empresas.

— Se é certo que muito do que deve dizer-se acerca das tendências da articulação de espaços produtivos resulta mais da interpretação que se faça das lógicas contemporâneas de organização das economias do que de provas empíricas definitivas, este exercício deve, contudo, ser feito. E, neste plano, os meus números confirmam-me as interpretações e as próprias intuições. Há hoje uma recentragem das

dinâmicas do emprego industrial na região de Lisboa e há uma desqualificação relativa do emprego das regiões Norte e Centro. A viragem das tendências de reordenação espacial da indústria assente nas dinâmicas das regiões de pequena e média iniciativa verificou-se.

— Mas é porque o problema é mais de lógicas organizacionais do que de tendências já clarificadas que se torna inevitável aludir à viragem dos modelos sócio-productivos e, sobretudo, avaliar a seu significado numa economia semiperiférica europeia, parceiro na União Europeia. E o que aqui fica em causa é o reconhecimento ou não da pertinência dos argumentos gerais que apontam para a importância crescente, nos raciocínios das empresas, da disponibilidade de um leque muito alargado de competências, quer as da mão-de-obra, quer as dos meios onde se localizam, que devem incluir um ambiente tecnológico complexo, serviços de intermediação, economias de variedade. Porque se assim for, a relação entre os meios metropolitanos e os pequenos espaços está alterada, reforçando-se o predomínio dos primeiros, e restando aos segundos redescobrir a escala de organização adequada para que criem inovação e combatam a exclusão.

6. E é este último ponto que, a meu ver, deve ser assumido para, a partir de um quadro como o que aqui se descreveu, situar as novas condições estruturais do funcionamento espacial e organizativo da economia portuguesa. As alterações identificadas não implicam que os propósitos do desenvolvimento local e de uma organização do espaço que conte com as identidades e as sinergias locais deixem de ser uma atitude justificada, inclusive como posição normativa, para uma avaliação dos desempenhos da economia portuguesa. O que porventura acontece é que a capacidade de manobra dos factores locais da dinâmica produtiva se reduziu e hoje ela vale mais como projecto do que como dado quase espontâneo.

O problema pode, assim, pôr-se em duas frentes principais: a primeira é a que poderíamos designar frente do desenvolvimento local e tem a ver com a animação dos pequenos meios através de

factores identitários capazes de revalorizar e alargar a sua base de relação com o exterior. Estou a pensar nos espaços rurais onde hoje se concentra a acção de agentes locais dinâmicos apostados na valorização do que poderia chamar “economias rurais de variedade”: aquelas que representam a multiplicidade de funções do espaço social rural, hoje finalmente reconhecidas, e que vão do lazer aos produtos agrícolas tradicionais.

A segunda frente relaciona-se com o que mais me ocupou neste texto e concentra-se nas questões produtivas e da organização empresarial. E aqui o *problema* pode ser descrito do seguinte modo: qual é a escala com que devemos olhar hoje para os espaços produtivos, especialmente para aqueles que temos visto como de descentralização produtiva, no momento em que a centralidade da regulação urbana e transnacional sobre os processos organizacionais da actividade produtiva parece ser cada vez mais forte?

Para ser sintético julgo que a *resposta* pode formular-se do seguinte modo: a solução passa por uma identificação da capacidade de reforçar os conteúdos urbanos dos espaços densos de PME. E tal reforço pode ter duas dimensões. A primeira é ainda interna a esses espaços e passa por inovações dramáticas na sua lógica organizativa. A segunda, que é talvez a principal, consiste em saber se há um potencial de capacidade relacional que reforce inter-relações com espaços urbanos centrais e gere novas economias de proximidade, agora claramente de natureza translocal. São também duas as consequências deste exercício: o passo inicial assenta num método de identificação de proximidades; este processo gera inevitavelmente exclusões (mesmo que se admita que em Portugal, conhecidas que são as localizações das áreas mais densas de descentralização produtiva e a sua proximidade espaço-temporal relativamente aos grandes centros, as exclusões venham a ser mais de *pontos* do que de *áreas*).

Esta forma de pôr o problema é mais programática do que conclusiva. Mas quer indiciar que a uma perspectiva territorial do desenvolvimento não fica posta em causa pela globalização e pelas alterações organizativas do capitalismo contemporâneo — muda é de





natureza ou, pelo menos, de forma. E redobram-se os cuidados, pois os fenómenos de exclusão e dualismo são mais prováveis e o optimismo deve ser mais temperado.

Referências bibliográficas

- Alves, Manuel Brandão *et al.* (1986) Especialização produtiva regional e especializações produtivas regionais — contributos para uma visão integradora, *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, Lisboa, CISEP, 403-461.
- Amaro, Rogério Roque (1991) Lógicas de espacialização da economia portuguesa, *Sociologia-Problemas e Práticas*, 10, 161-182.
- Fernandes, Lino (1994) Globalização, mercado único e economias de proximidade, *Notas Económicas — Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, 4, 110-116.
- Ferrão, João (1985), *Indústria e Valorização do Capital*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Figueiredo, Carlos *et al.* (1985) Especialização internacional, regulação económica e regulação social-Portugal: 1973-83, *Análise Social*, 87-88-89, 437-471.
- Gama, António (1993) Espaço e sociedade numa situação de crescimento urbano difuso: o caso português, *in* Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*, Porto, Afrontamento, 439-473.
- Gonzalez, Maria do Pilar (1992) *Étude de longue période du rapport salarial au Portugal*, Université de Paris I.
- GEBEL (1983) *Contas de rendimento das famílias no Continente, distritos, sub-regiões e regiões*, policopiado.
- Henriques, José Manuel (1986) Iniciativas municipais inovadoras na promoção do desenvolvimento local — os casos de Castelo de Vide e de Castanheira de Pêra, *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, Lisboa, CISEP, 1025-1057.
- Lobo, Isabel Sousa (1985) Estrutura social e produtiva e propensão à subterraneidade no Portugal de hoje, *Análise Social*, 87-88-89, 527-562.

Marques, Maria Manuel Leitão (1992), *Subcontratação e Autonomia Empresarial*, Porto, Afrontamento.

Neves, António Oliveira (1984) A dimensão local da crise de emprego nos anos 80 — Iniciativas locais de emprego: o exemplo de Castanheira de Pera, in *Modernizar a Economia Portuguesa*, Lisboa, Associação Portuguesa de Economistas.

Reis, José (1985) Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura — para uma análise da articulação entre a acumulação e a reprodução, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, 225-260.

Reis, José (1986) Modos de regulação regional, iniciativa empresarial local e pequena agricultura complementar, *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, Lisboa, CISEP, 1059-1078.

Reis, José (1992), *Os Espaços da Indústria — A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*, Porto, Afrontamento.

Reis, José (1993) Portugal: a heterogeneidade de uma economia semiperiférica, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*, Porto, Afrontamento, 133-161.

Reis, José (1995) A Economia Portuguesa na Viragem da Década de Oitenta: uma síntese prospectiva, *Oficina do CES*, 44.

Revista Crítica de Ciências Sociais, 22, 1987.

Rodrigues, Maria João (1988), *O Sistema de Emprego em Portugal — crise e mutações*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

Ruivo, Margarida (1992) *Logiques familiales, flexibilité productive et main-d'oeuvre secondaire: le cas du district industriel du liège à Feira (Portugal)*, Université de Paris I.

Santos, Boaventura de Sousa (1985) Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português, *Análise Social* 87/88/89, 869-901.

Santos, Boaventura de Sousa; Reis, José e Marques, Maria Manuel Leitão (1986) O Estado e as transformações recentes da relação salarial: a transição para um novo modelo de regulação da economia, *O*

Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica, Lisboa, CISEP, 589-628.

Savy, Michel e Veltz, Pierre (1993), *Les Nouveaux Espaces de L'Entreprise*, Paris, Datar/Editions de l'Aube.

Silva, Mário Rui (1988) *Industrialisation et développement local: une interprétation à partir du cas portugais*, Université des Sciences Sociales de Grenoble.

